



22/06/2020

Número: **0016824-02.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **27/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE WALMERIO GOMES (AUTOR)		RENATHA CATHARINA CAVALCANTI E SILVA (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)			
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59923715	27/03/2020 16:46	Petição Inicial	Petição Inicial
59923721	27/03/2020 16:46	docs jose walmerio	Documento de Comprovação
59929408	27/03/2020 19:09	Decisão	Decisão
60192159	02/04/2020 15:12	Intimação	Intimação

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE - PERNAMBUCO.

JOSE WALMERIO GOMES

Brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 735265684-72, com endereço na Av. São Sebastião, nº 410, Centro, Surubim – PE, Cep. 55750-000, vem, à presença de V. Exa., por sua advogada infra-assinada, com endereço profissional constante no instrumento procuratório, em anexo, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74, no artigo 319 e seguintes do Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Contra **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, 175 – Santo Antonio – Recife - PE, CEP. 50030-000 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP. 20031-205, com endereço eletrônico desconhecido, pelos motivos de fato e direito que narra a seguir:

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente, a parte autora afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz em jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86.

DOS FATOS

01. No dia 10 de julho de 2019, o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia médica, em anexos.

02. Sendo o autor, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea “b” que dispõe:

“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)– no caso de invalidez permanente;

03. Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**, não lhe sendo pago nenhum valor administrativo.



04. No caso em tela, o laudo médico atesta **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO** e de acordo com a tabela instituída pela **Lei nº. 11945/2009**, o percentual a ser pago é de 70% (setenta por cento). Ora, se 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil, e quinhentos reais) equivale a R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), caberia ao autor receber este valor, tendo em vista não haver recebido nenhuma quantia administrativamente.

DO DIREITO:

05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T. Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo de vítima de acidente (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação. Caso de morte causada apenas por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar, considerado o disposto no art. 7., parágs. 1. e 2., da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

06. No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte:

SÚMULA n. 229: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão

SÚMULA n. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS. Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, a, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. [REsp 296.675-SP](#), Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.

07. Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- a) Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o Autor pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;
- b) a citação do requerido por meio postal, nos termos do art. [246](#), inciso I, do [CPC/2015](#);
- c) A parte opta pela não designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. [319](#), VII, do [CPC/2015](#), porém requer de imediato a realização da perícia judicial considerando o



acordo firmado entre o Tribunal de Justiça e a Ré, por meio do ofício 005/2015, que fixou em R\$ 200,00 (duzentos reais) os honorários de perito que deverão ser suportados pela parte demandada e depositados em juízo até 15 dias após a conclusão da perícia, requerendo, de logo, que seja nomeado perito, para audiência de perícia e conciliação;

d) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao **VALOR INTEGRAL** da indenização, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)** com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea “b”, da Lei n 6.194/74;

e) Condenar a Ré a pagar **honorários advocatícios** no importe de 20% (vinte por cento) sob o valor da causa.

*Requer, por fim, determinar que toda e qualquer publicação referente a este processo, deve constar da **intimação APENAS e EXCLUSIVAMENTE** o nome da **advogada RENATHA CATHARINA CAVALCANTI E SILVA – OAB/PE 22.362, sob pena de nulidade.***

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).**

Pede e espera deferimento.
Recife, 27 de março de 2020.

RENATHA CATHARINA CAVALCANTI E SILVA
Advogada – OAB/PE 22.362



**EWERSON VILAR &
RENATHA CAVALCANTI**
ADVOCACIA

INSTRUMENTO PROCURATÓRIO

OUTORGANTE: JOSÉ WALMERIO GOMES, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o n.º 735.265.684-72 e RG: 3.893.461 SSP/PE, com endereço Av. São Sebastião, nº 410 – Centro – Surubim – PE.


OUTORGADOS: RENATHA CATHARINA CAVALCANTI E SILVA e EWERSON VILAR DE LIMA, brasileiros, casados, advogados, inscritos, respectivamente, na OAB/PE n. 22.362 e 28.570, com endereço profissional na Av. Agamenon Magalhães, 4318 – sala 1510 – Paissandú – Recife – PE – Cep. 52010-075 – Fone: (81) 3445.0715 - 98610.8166 - 99982.1579 - 99797.7634. Endereço eletrônico: renathaccs@hotmail.com e evl.advogado@yahoo.com.br

PODERES: Da cláusula “Ad Judicia” representando o outorgante perante qualquer Juízo ou Tribunal, podendo apresentar declarações, queixa, assinar, requerer, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar e prestar compromisso, acompanhar andamento de processo, desarquivar processo, recorrer, apresentar contrarrazões, executar, indicar provas e testemunhas, requerer, receber, levantar e dar quitação de Alvarás Judiciais perante as Instituições Financeiras, pedir a justiça gratuita e **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC, podendo ainda substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato específico.

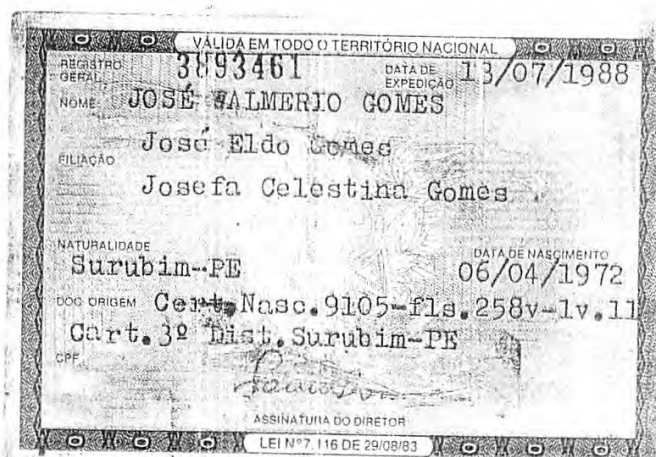
CONTRATO DE HONORÁRIOS: Pelos serviços o(a) **OUTORGANTE** se obriga a pagar à **OUTORGADA**, o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor bruto de qualquer benefício que venha a ser auferido proveniente do presente feito, tanto judicial quanto extrajudicialmente, independentemente de haver ou não pagamento de honorários pela parte adversa, devendo o respectivo valor ser retido nos autos, com a liberação dos valores atinentes aos honorários em alvará distinto em nome do patrono.

DECLARAÇÃO DE POBREZA: Eu **JOSÉ WALMERIO GOMES**, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições arcar com as despesas inerentes à ação ajuizada, sem prejuízo de meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da gratuidade da Justiça.

SURUBIM-PE, 12 de MARÇO de 2020.


JOSÉ WALMERIO GOMES - Outorgante/Declarante





Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
735.265.684-72

Nome
JOSE WALMERIO GOMES

Nascimento
06/04/1972



NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-05 | Ins. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE

JOSE ELDO GOMES

CPF 069 722 094-04 NIS 12179105578

CLASSIFICAÇÃO

61 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA ASSIST SOCIAL CONTINUA

ENDERECO DA UNIDADE CONSUMIDORA

AV SAO SEBASTIAO 410

CENTRO/SURUBIM
SURUBIM PE
55750-000

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	EMISSÃO
056978987	UNICA	05/04/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA DATAÇÃO
05/04/2019	2001421821	3756015

55750-000	
CONTA COPIRATO	MESIANO
0529835017	04/2010
DATA DEL VERSAMENTO	DATA PER DATA FISCALIA LETTURA
12/04/2010	07/05/2010
TOTAL A PAGAR (R\$)	139,13

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL		QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Água de 01/1/19		31,0000000	0,26141533	7,98
Consumo Água Saneamento de 01/1/19		70,0000000	0,44814056	31,33
Consumo Água Saneamento de 01/1/19		113,0000000	0,87221085	75,89
Contas com Fatura Abonada				21,19
ICMS Subvenção CIE-FB 10455/0168-09/01/19				0,89
ICMS Subvenção CIE-FB 10455/0168-09/01/19				0,79
ICMS Subvenção Base Renda				1,19

TOTAL DA FATURA

TOTAL DA FATURA		DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA FISCAL							
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
81495	CAT	09-03-2010	294,00	05-04-2010	507,00	2	1,0000		10,0000

HISTÓRICO DE CONSUMO

INFORMAÇÕES BÁSICAS

ANO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
1989	115,5	25,0	28,875
1990	115,5	1,0	1,155
1991	115,5	6,1	7,045

COMPOSIÇÃO ANUAL DA RECEITA

ANO	RECEITA	RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA	RECEITA TRIBUTÁRIA
1989	115,5	28,875	86,625
1990	115,5	1,155	114,345
1991	115,5	7,045	108,455

TARIFAS APLICADAS

ANO	CUSTO ATUALIZADO	CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO
1989	115,5	28,875
1990	115,5	1,155
1991	115,5	7,045

RESERVAÇÃO AO FISCO

DEB 0342 AARS 1E0C DIC 1 989 01 1 11313

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

[illegible]

49,58. O Cliente é compensado quando a sua despesa com o cartão de crédito for superior ao valor recebido de terceiros pelo cartão.

As partilhas das gerantes de
normalização (Machado, 1991;
1992/1993), foram, por exemplo,
as regras de trabalho e a relação de
trabalho com a disciplina, que a
normalista, ao assumir a tarefa de
normalização, não pôde
desprezar.



SINISTRO 3190709831 - Resultado consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE WALMERIO GOMES

COBERTURA Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO
PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GENTE SEGURADO
S/A

BENEFICIÁRIO JOSE WALMERIO GOMES

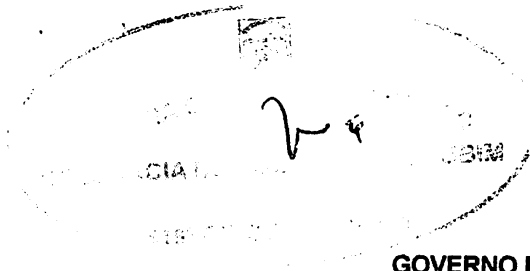
CPF/CNPJ: 73526568472

Posição em 13-03-2020 08:31:32

O pedido de indenização do Seguro DPVAT
negado, conforme carta enviada para o
beneficiário.

3/13/2020, 8:31 AM





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 116ª CIRCUNSCRIÇÃO - SURUBIM - DP116ªCIRC
DINTER1/16ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0206002450**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **11/10/2019** às **11:40**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia **10/7/2019** às **16:50**

Fato ocorrido no endereço: **SÍTIO JARDIM - VERTENTE DO LERIO/PERNAMBUCO/BRASIL** Próximo a:
MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LERIO, 1, ZONA RURAL - Bairro: CENTRO - VERTENTE DO
LERIO/PERNAMBUCO/BRASIL
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

NÃO SE APLICA (AUTOR / AGENTE)
HUGO LEONARDO GOMES DA SILVA (OUTRO)
JOSÉ WALMERIO GOMES (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSÉ WALMERIO GOMES**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSÉ WALMERIO GOMES (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **JOSEFA CELESTINA GOMES** Pai: **JOSE ELDO GOMES** Data de Nascimento: **6/4/1972** Naturalidade: **SURUBIM / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **3893461/SSP/PE (RG), 73526568472 (CPF)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **1º. GRAU INCOMPLETO** Profissão: **CONTINUO** Endereço Residencial: **AVENIDA SAO SEBASTIAO, 410 - CEP: 55750000 - Bairro: SAO SEBASTIAO - SURUBIM/PERNAMBUCO/BRASIL, EM FRETE A DELEGACIA DE POLÍCIA**

HUGO LEONARDO GOMES DA SILVA (não presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

NÃO SE APLICA (não presente ao plantão) - Sexo: **Desconhecido** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEÍCULO (VEÍCULO) de propriedade do(a) Sr(a): **HUGO LEONARDO GOMES DA SILVA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSÉ WALMERIO GOMES** Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/POP 110I** Objeto apreendido: **Não** Quantidade: **01 (UNIDADE)**

Placa: **PDL9781** (PERNAMBUCO/SURUBIM) Chassi: **9C2JB0100GR018310** Ano Fabricação/Modelo: **2013/2016** Combustível: **GASOLINA**

11/10/2019 11:20

Descrição: **COD RENAVAL 10703776601.**

Complemento / Observação

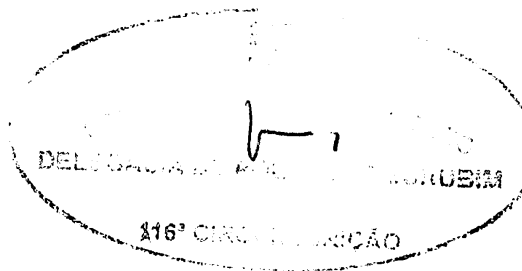
COMPARECEU NESTA DP O SR. JOSÉ WALMERIO GOMES DE LIMA, NOTICIANDO QUE NO DIA 10/07/2019, POR VOLTA DAS 16:50 HORAS DIRIGIA A MOTOCICLETA HONDA/POP 1101, COR VERMELHA, ANO/MOD 2015/2016, PLACA-PDL9781, EM MUMA ESTRADA DE TERRA NO SÍTIO JARDIM, ZONA RURAL, VERTENTE DO LERIO-PE, QUANDO PERDEU O CONTROLE DE DIREÇÃO DA MOTOCICLETA E CAIU E NA QUEDA SOFREU UMA FRATURA NO TORNOZELO DIREITO, E LOGO APÓS DEU ENTRADA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) DESTA CIDADE E EM SEGUIDA TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE EM CARUARU-PE, CONFORME APRESENTOU DECLARAÇÃO/BOLETIM DE EMERGÊNCIA 0007819 DA UPA E RESUMO DE ALTA DO HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE (HRA). DIANTE DO FATO REGISTRA-SE PARA EFEITOS LEGAIS.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**JOSÉ WALMERIO GOMES
(VITIMA)**

Jose Walmerio Gomes

B.O. registrado por: **JOSÉ ROBERTO DA SILVA** - Matrícula: **119534-4**



11/10/2019 11:21



SURUBIM - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA 24H DR GENTIL AUGUSTO DE MIRANDA

BOLETIM DE EMERGÊNCIA

Identificação: 50981 Cor/Raça: PARDO Nº OCORRÊNCIA: 00078719
CNS: 898004106476772 Idade: 47 Anos 3 Meses 4 Dias Sexo: MASCULINO
Nome: JOSÉ WALMERIO GOMES Nascimento: 06/04/1972 Est.Civil: SOLTEIRO(A)
End.: SÃO SEBASTIÃO Nº: 410 Bairro: SÃO SEBASTIÃO CEP: 55750000
Idade: SURUBIM Nac.: BRASILEIRA Doc nº:
Mãe: JOSEFA CELESTINA GOMES Pai: JOSÉ ELDO GOMES Responsável: Tel.: 81 97020942
Profissão: ASG

Últimas Ocorrências:

Data: Hora: Nº Ocorrência: Situação/Sintomas/Queixas/Eventos:
10/07/2019 18:01 78719 ACIDENTE

PRE-CONSULTA: URGÊNCIA () NÃO URGÊNCIA () EMERGÊNCIA () ACIDENTE TRABALHO () ACIDENTE TRÂNSITO ()

HORÁRIO:	P.A.	FC	PULSO	PESO	ASSINATURA

QUEIXAS / DIAGNÓSTICO:

Plano de História
de saúde do paciente
no 3 anos.

CE: Sinal de
malha em tórax 11/6

TRATAMENTO:

Diclofenaco 100mg
Rx 7 dias (APR)

Adm. Cláudia de Sousa
COREN-PE 258368-TE

EXAMES COMPLEMENTARES:

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

CID:

MOTIVO DA SAÍDA:

RESIDÊNCIA ☐ INTERNADO ☐

JUSTIFICATIVA:

ENCAMINHADO:

REMOVEDO:

ÓBITO:

às _____ h _____ m do dia _____

DATA SAÍDA:

HORA SAÍDA:

DATA: 10/07/2019 18:01:51

☐ CURATIVO ☐ BÁSICO ☐ ESP
☐ NEBULIZAÇÃO ☐ RETIRADA DE PONTO

TÉCNICO / COREN

CONSULTAS / ATENDIMENTO MÉDICO:

☐ URGÊNCIA BÁSICA ☐ URG. ESPECIALIZADA
☐ OBS. BÁSICA ☐ OBS. ESPECIALIZADA

Dr. Edson L. CRM
MÉDICO
Márcio
CRM-PE 28777

HORÁRIO:

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	TÉCNICO / CONSELHO	HORÁRIO

RECEPCIONISTA: CINTIA BARROS DOS SANTOS





- DECLARAÇÃO -

Declaro para os devidos fins e efeitos legais, que o Sr. **José Walbério Gomes**, nascido no dia 06/04/1972, filho da Sra. **Josefa Celestina Gomes** e do Sr. **José Eldo Gomes**. Residente na Avenida São Sebastião, nº 410 - nesta Cidade. Solicitou no dia 15/07/2019 cópia do seu prontuário de atendimento devido acidente (queda de moto). Atendido nesta **Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas) Dr. Gentil Augusto de Miranda** no dia 10/07/2019 pelo médico plantonista **Dr. Vinícius Monteiro Barreto CRM - 28224**, e transferido para o **HRA (Hospital Regional do Agreste)**

Surubim, 15 de julho de 2019.

José Wagner Barbosa de Lima
Coordenador de Internagem
Matrícula 10103
Hospital Municipal de Surubim

Ionara Soares de Andrade Silva
Ionara Soares de Andrade Silva
SAME - MAT. 910463

Prefeitura Municipal de Surubim -
Unidade de Pronto Atendimento - UPA / CNPJ: 08.937.139/0001-78
Avenida Marilda Arruda Guerra, S/N - Coqueiro - Surubim/PE - Fone /Fax: (81) 3634-1675



Secretaria de Saúde

RECEITUÁRIO

Unidade de Saúde: USF Nova Esperança
Nome: José Walmerio Gomes
Clínica: _____
Enfermaria: _____

Declaração

Declaro, para os devidos fins, que o paciente José Walmerio Gomes, portador do RG: 3893463 e CPF: 73565684-72, sofreu Trauma com fratura ulnar @ há 05 meses e atualmente não está fazendo nenhum tratamento e apresenta bom estado clínico e boa mobilização de membro inferior direito.

Data: 11/12/19


Médico



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE - HRA

RESUMO DE ALTA

Nome: José Welmar Góes

Prontuário: 341630

Data: 11 / 07 / 18

Hora: _____

DIAGNÓSTICO:

Fratura em tomizelo direito

AMBULATÓRIO DE EGRESSO - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Paciente de alta da ortopedia ao retorno ao ambulatório
15 dias após alta hospitalar

TRATAMENTO REALIZADO:

Tratamento conservador

Alta Hospitalar: Data: 11 / 07 / 18

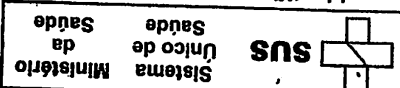
Hora: _____

R1+ Dr. Marcelo Capela
CRM: 11201

Ass. do Médico e CRM
Carimbo



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR



Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: **HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE WALDEMIR FERREIRA**

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE: _____

2 - CNES: **24274119**

4 - CNES: _____

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE: **Waldemir Gomes**

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS): _____

8 - DATA DE NASCIMENTO: _____

9 - SEXO: ☒ Masc. ☐ Fem.

10 - RAÇA/COR: _____

11 - NOME DA MÃE: _____

12 - TELEFONE DE CONTATO: _____

14 - TELEFONE DE CONTATO: _____

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO): _____

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA: _____

17 - COD. IBGE MUNICÍPIO: _____

18 - UF: _____

19 - CEP: _____

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS: _____

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO: **Acidente de trânsito com fratura de fêmur e lesão no tornozelo. Paciente em estado de choque e com hemorragias. Necessidade de cirurgia e internação para tratamento.**

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS): **Exatidão e fratura**

PROCEDIMENTO SOLICITADO

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL: **Fratura de fêmur e lesão no tornozelo**

24 - CID 10 PRINCIPAL: **S72.0**

25 - CID 10 SECUNDÁRIO: _____

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS: _____

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO: **Reparo cirúrgico**

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: _____

29 - CLÍNICA: _____

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO: _____

31 - DOCUMENTO: _____

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE: _____

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE: _____

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO: _____

35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO): _____

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

38 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA: _____

() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO

42 - CNPJ EMPRESA: _____

43 - CNAE DA EMPRESA: _____

44 - CBOR: _____

39 - CNPJ DA SEGURADORA: _____

40 - Nº DO BILHETE: _____

41 - SÉRIE: _____

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR: _____

47 - COD. ÓRGÃO EMISSOR: _____

48 - DOCUMENTO: _____

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR: _____

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO: _____

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO): _____

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR: _____

R - TORNOZELO
10-07-M

Scanned by CamScanner



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

Processo nº **0016824-02.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOSE WALMERIO GOMES

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DECISÃO

Tendo em vista a declaração prestada, sob as penas da lei, **defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do CPC.**

Trata-se de Ação de Cobrança de Complemento de Indenização Securitária – DPVAT, da qual ainda não consta a realização de perícia acerca da dimensão dos danos físicos sofridos pela parte demandante, prova imprescindível à resolução do mérito da demanda e à possibilidade de oferecimento de uma proposta de conciliação pelas rés.

Ocorre que, diante do fato notório da pandemia do Covid-19, bem como das determinações exaradas pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, através do art. 21 do Ato nº 1027/2020, que suspendeu a realização de perícias judiciais até 31.03.2020, deixo de determinar a antecipação da produção de prova pericial, neste momento.

Assim, **cite-se a parte ré para, querendo, responder à presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do artigo 344 do NCPC.**

O prazo para apresentação de contestação se iniciará no dia seguinte à juntada aos autos do último expediente cumprido, nos termos do art. 231, I, do CPC.

Após o decurso do prazo, volvam-me os autos conclusos.

Cumpra-se.

Recife, 27 de março de 2020.

Maria Cristina Souza Leão de Castro
Juíza de Direito Titular



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU
AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0016824-02.2020.8.17.2001
AUTOR: JOSE WALMERIO GOMES

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 59929408 , conforme segue transcrito abaixo:

" Tendo em vista a declaração prestada, sob as penas da lei, defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Trata-se de Ação de Cobrança de Complemento de Indenização Securitária – DPVAT, da qual ainda não consta a realização de perícia acerca da dimensão dos danos físicos sofridos pela parte demandante, prova imprescindível à resolução do mérito da demanda e à possibilidade de oferecimento de uma proposta de conciliação pelas rés. Ocorre que, diante do fato notório da pandemia do Covid-19, bem como das determinações exaradas pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, através do art. 21 do Ato nº 1027/2020, que suspendeu a realização de perícias judiciais até 31.03.2020, deixo de determinar a antecipação da produção de prova pericial, neste momento. Assim, cite-se a parte ré para, querendo, responder à presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do artigo 344 do NCPC. O prazo para apresentação de contestação se iniciará no dia seguinte à juntada aos autos do último expediente cumprido, nos termos do art. 231, I, do CPC. Após o decurso do prazo, volvam-me os autos conclusos. Cumpra-se. Recife, 27 de março de 2020. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juíza de Direito Titular "

RECIFE, 2 de abril de 2020.

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau

